

Carta de Repúdio Violência contra Imigrantes em Florianópolis

O Grupo de Trabalho sobre Imigração (GT-I), vinculado à Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC) vem a público repudiar as ações violentas e arbitrárias contra os vendedores ambulantes no Centro de Florianópolis, especificamente as dirigidas contra migrantes de diversos países que se encontram desenvolvendo estas atividades, muitas vezes como única forma de sustento de suas famílias tanto no Brasil como por vezes em seus países de origem.

Desde o final de 2016, alguns grupos vêm denunciando ações sistemáticas de repressão e violência, o que afronta as garantias individuais e coletivas contempladas no estado democrático de direito. Por outro lado, a Prefeitura bem como seus órgãos de Assistência Social, aparentemente não tem oferecido a esses coletivos qualquer perspectiva de vida digna por meio da geração de oportunidades.

Os imigrantes já procuraram dialogar inúmeras vezes com a Prefeitura, com a Câmara de Vereadores e com a Guarda Municipal. Neste esforço, a comunidade senegalesa, inclusive, elaborou uma carta de intenções que foi lida em sessão pública na Câmara de Vereadores de Florianópolis em maio de 2017, solicitando à prefeitura o fim da violência, a possibilidade de legalização de suas atividades de acordo com os interesses da própria Prefeitura e a proposição de mecanismos para inseri-los no mercado formal. Neste sentido, as comunidades migrantes que trabalham com vendas ambulantes têm se mostrado visivelmente dispostas a encontrar soluções negociadas para legalização de suas atividades comerciais e têm solicitado, inclusive, a destinação de um local adequado para que possam vender seus produtos pagando os impostos e arcando com as responsabilidades determinadas pelo poder público.

Recentemente, entretanto, ao invés de apresentar uma solução inclusiva e humanitária, o descaso e a repressão parecem vir aumentando. Na semana passada, entre os dias 14 e 19 de maio, ocorreu uma ação supostamente coordenada entre Prefeitura de Florianópolis, Guarda Municipal, Polícia Militar, Polícia Federal, Receita Federal, PROCON, etc... com objetivo de impedir qualquer atividade de venda ambulante no centro. Tal ação foi realizada sem o estímulo ao diálogo e sem a apresentação de qualquer proposta viável aos ambulantes que buscam formas de permanência e sustento.

Consideramos que o ato de expulsar pessoas das ruas, sejam estrangeiras ou brasileiras, ainda mais num momento em que os níveis de desemprego encontram-se alarmantes, revela-se um ato de abuso de autoridade, sem dizer de insensibilidade política e que mancha a tradição brasileira histórica de atrair e acolher estrangeiros, mesmo em momentos de crise.

As ações dos Poderes Públicos Municipais, Estaduais e Federal, além de afrontarem as normas internacionais de Direitos Humanos, violam os princípios elencados na Lei de Migração, nomeadamente: da garantia aos estrangeiros do pleno exercício dos direitos e

GRUPO DE TRABALHO DE APOIO AOS IMIGRANTES E REFUGIADOS - GTI

deveres fundamentais da Constituição Federal, independentemente de sua condição jurídica; da não criminalização da migração; da regularização migratória; da integração socioeconômica; do repúdio ao racismo e à xenofobia; entre outros.

O GT-I, como grupo interdisciplinar composto por diversos setores da sociedade civil e representantes do poder público, como Ministério Público, Secretaria de Educação, Defensoria Pública Estadual, Defensoria Pública Federal, Universidades, Pastoral do Imigrante, o Grupo de Apoio a Imigrantes e Refugiados de Florianópolis (GAIRF), o Centro de Referência em Atendimento ao Imigrante (CRAI), Eirenè UFSC, Observatório das Migrações de Santa Catarina, repudia veementemente e considera inadmissível essas ações violentas e repressivas contra estes grupos que já se encontram em situação de vulnerabilidade.

Tendo em vista que: pela nova lei de imigração, é garantido ao imigrante acesso aos direitos previstos na Carta Magna em condições de igualdade; que o Brasil, e particularmente o Estado de Santa Catarina, é composto por mosaico de levas migratórias que moldaram seu caráter como nação plural; e que somos também um país de emigração, se recomenda tratamento no mínimo compatível com o que se deseja para os brasileiros expatriados.

Por fim, instamos aos poderes públicos: à elucidação destas práticas excessivas e discriminatórias; e a proposição de políticas e ações urgentes, com viés humanitário, que permitam o acolhimento, a promoção e a integração dos imigrantes senegaleses, com o devido respeito às normas brasileiras vigentes e aos padrões internacionais de direitos humanos.

Nos colocamos à disposição, também, para juntamente com as universidades parceiras promover formação em direitos humanos e migração, para orientar e formar agentes públicos dos níveis municipal, estadual e federal na compreensão da migração como direito humano e não apenas pela ótica da vigilância e a suspeita em relação ao estrangeiro, principalmente quando não se enquadra nos padrões das migrações históricas para o Estado.

Santa Catarina foi um Estado que muito cresceu com o apoio das populações migrantes que aqui chegaram, é o momento desse Estado também se tornar acolhedor e oferecer políticas públicas e condições efetivas de trabalho para imigrantes e refugiados que aqui chegam contemporaneamente.

Grupo de Trabalho de Apoio aos Imigrantes e Refugiados (GT-I), vinculado à Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC)

Florianópolis, 22 de maio de 2018.

GRUPO DE TRABALHO DE APOIO AOS
IMIGRANTES E REFUGIADOS - GTI

Deputado Estadual Dirceu Dresch

Representação do Ministério das Relações Exteriores em Santa Catarina

Crai - Centro de Referência de Apoio aos Imigrantes

Eirenê Ufsc

GAIRF - Grupo de Apoio aos Imigrantes e Refugiados de Florianópolis

OPR - Organização pelos Refugiados

AAS - Gasparino Amigos da Saúde

Coletivo Catarinense Memória, Verdade, Justiça

Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha – CUT

ATA - Associação dos Trabalhadores Autônomos da Grande Florianópolis

Mnu - Movimento Negro Unificado

Professora Maria Alice Hoss de Moraes – EEB Lauro Muller

Pastoral do Migrante de Florianópolis

Cáritas Regional de Florianópolis

Clarens Chery – Ativista Haitiano

Nempsic - Núcleo de Estudos sobre Psicologia, Migrações e Culturas

Oirã – UFSC;

Observatório de Migração da UFFS

Observatório de Migração da UNOCHAPECÓ

Programa Pró-Haiti da UFFS